



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REDE NACIONAL COLABORATIVA PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS PESQUEIROS - REDE PESCA BRASIL

3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ PERMANENTE DE GESTÃO DA PESCA E DO USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS
PESQUEIROS DEMERSAIS DAS REGIÕES SUDESTE E SUL (CPG DEMERSAIS SE/S)

ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA

REUNIÃO PRESENCIAL E VIRTUAL

BRASÍLIA, 12 E 13 DE DEZEMBRO DE 2024



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

1 ABERTURA

A 3ª Sessão Ordinária do Comitê Permanente de Gestão da Pesca e do Uso Sustentável dos Recursos Demersais das Regiões Sudeste e Sul (CPG Demersais SE/S) ocorreu nos dias 12 e 13 de dezembro, na cidade de Brasília-DF em formato híbrido (Presencial/videoconferência).

A Secretária Adjunta, Sr.^a Mariana Lobato abriu os trabalhos do dia justificando o incidente da conexão à rede de internet e agradeceu a compreensão de todos os participantes. Logo em seguida, fez a chamada dos participantes da reunião.

2 PARTICIPANTES

Relação dos membros, representantes e convidados que participaram da 3ª Reunião Ordinária do CPG Demersais SE/S:

- Coordenação CPG Demersais Sudeste e Sul

Sr.^a Sandra Silvestre de Souza (Coordenadora)

- Secretaria-executiva do CPG Demersais Sudeste e Sul

Sr.^a Sandra Silvestre de Souza (Secretária Executiva)

Sr.^a Mariana Lobato (Secretária Adjunta)

- Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)

Sr.^a Adayse Bossolani da Guarda (Suplente)

Sr. Luís Cardoso (SERMOP)

Sr.^a Ynês A. Araújo (SERMOP)

Sr.^a Esther Mesquita (SNPI)

Sr.^a Ananda Souza Lima (SNPI)

Sr. Rafael M. Pinheiro (SNPI)

- Ministério do Meio Ambiente (MMA)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Sr. Roberto Gallucci (Titular)

- **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)**

Sr. Luiz Eduardo Carvalho Bonilha (Titular)

- **Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do Espírito Santo (SEAG-ES)**

Sr. Antônio Carlos (Representante)

- **Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul**

Marlon Hilgert Arenhardt (Titular)

- **Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB – PR)**

Sr. Adriano Machado da Silva (Titular)

- **Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do Rio de Janeiro (SEAPPA-RJ)**

Sr.^a Mariana Loureiro Lima de Arruda Botelho (Titular)

- **Associação Brasileira das Indústrias de Pescados (ABIPESCA)**

Sr.^a Laís Belsito Pestana (Suplente)

- **Associação de Pescadores Profissionais Artesanais de Emalhe Costeiro de Santa Catarina (APPAECSC)**

Sr. Celso de Souza Botelho (Titular)

- **Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí (AMFRI)**

Sr. Frank Max Marques (Titular)

- **Centro de Desenvolvimento de Pesca Sustentável do Brasil (CEDEPESCA BRASIL)**

Sr.^a Rochelle Cruz de Araujo Bezerra Vidigal (Titular)

- **Coletivo Nacional da Pesca e Aquicultura (CONEPE)**

Sr. Carlos Eduardo Villaça (Suplente)

Sr. Márcio Kyldare (Convidado)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

- Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA)

Sr. Caetano Machado de Almeida Junior (Titular)

- Federação dos Pescadores e Aquicultores do Rio Grande do Sul (FEPARS)

Sr. Irandi da Silveira Rodrigues (Suplente)

- Oceana Brasil

Sr. Martin Coachman Dias (Titular)

Sr.^a Letícia Bruning Canton (Suplente)

Sr. Nicolas Santos Figueiredo (Convidado)

- Sindicato dos Armadores da Pesca do Estado do Rio Grande do Sul (SIDARPES - RS)

Sr. Alexandre Carinha Novo (Titular)

- Sindicato dos Armadores e Indústrias da Pesca de Itajaí e Região (SINDIPI)

Sr. Fernando das Neves (Suplente)

Sr. José da Silveira Júnior (Convidado)

Sr. Agnaldo Santos (Convidado)

Sr.^a Geysa Marinho (Ouvinte)

Sr.^a Thaíza Barreto (Ouvinte)

- Coordenado do Grupo Técnico Científico

Sr. Roberto Wahrlich

3 LISTA DE SIGLAS

Com intuito de trazer maior clareza acerca das siglas utilizadas ao longo da reunião se fez necessário a construção da lista de siglas abaixo para maior compreensão dos leitores.

APA	Área de Proteção Ambiental
BTC	Banco Técnico-Científico



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

CONGAPES	Conselho Gaúcho de Aquicultura e Pesca Sustentáveis
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPG	Comitê Permanente de Gestão
GT	Grupo de Trabalho
GTC	Grupo Técnico-Científico
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INI	Instrução Normativa Interministerial
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MN	Milha náutica
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
MEP	Monitoramento Eletrônico da Pesca
NFe	Nota Fiscal eletrônica
NORMAM	Normas da Autoridade Marítima
PET	Garrafas PET
PMAP	Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira
PREPS	Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite
PROME	Projeto de Melhoria da Pescaria
RAEP	Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira
REAP	Relatório de Exercícios da Atividade Pesqueira
REBYC II- LAC /FAO/GEF	Projeto de Manejo Sustentável da Fauna Acompanhante na Pesca de Arrasto na América Latina e Caribe da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
REC	Recomendação
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
RMS	Rendimento Máximo Sustentável
SAP/MAPA	Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SEI	Sistema Eletrônico de Informações



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

SERMOP	Secretaria Nacional de Registro, Monitoramento e Pesquisa
SE/S	Sudeste e Sul
TAC	Total Admissível de Captura
TIE	Título de Inscrição de Embarcação
TED	Termo de Execução Descentralizado

4 APROVAÇÃO DA AGENDA

Dando seguimento à reunião, a Sr.^a Mariana Lobato (Secretária Adjunta do CPG Demersais SE/S) justificou a retificação da agenda por problemas técnicos enfrentados no período matutino e explanou sobre a nova agenda do dia proposta para os trabalhos do Comitê, mantendo a pauta do dia seguinte. Não havendo manifestação contrária dos participantes, a agenda foi aprovada.

5 APROVAÇÃO DA ATA DA 1^a e 2^a REUNIÕES ORDINÁRIAS

A Sr.^a Mariana Lobato enfatizou as colaborações de todos, inclusive dos usuários não identificados e reforçou a necessidade de se identificarem ao realizar colaborações nas atas disponibilizadas. Não havendo manifestação contrária dos participantes, as atas das reuniões anteriores foram aprovadas.

6 DEVOLUTIVAS DAS RECOMENDAÇÕES DA 1^a e 2^a REUNIÃO ORDINÁRIA

A Sr.^a Mariana Lobato apresentou aos participantes o painel de dados (*dashboard*) dos Comitês Permanentes de Gestão da Pesca disponíveis no sítio eletrônico do Ministério da Pesca e Aquicultura, onde é possível consultar o panorama de recomendações dos CPG's de acordo com os filtros aplicados aos dados e atualizou a todos sobre os andamentos do desenvolvimento das recomendações, que são: recomendações não realizadas ou que não houveram avanço, e suas observações/recomendações: REC 2/2023, REC 7/2023 (prioridade para 2025), REC 8/2023 (Segundo IBAMA, há uma complexidade, mas tem possibilidade de ser incluso em discussões locais. O Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) pontuou sobre a necessidade de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

entendimento jurídico do órgão para maior segurança jurídica), REC 16/2023 e REC 18/2023 (não tiveram avanços conjunto entre MPA e MMA), REC 19/2023 (não encaminhado por não ter constituído GT), REC 25/2023 (não fora realizada por falta de contratação de estudo, mas já consta no planejamento técnico e financeiro para o ano de 2025), REC 3/2024 (há consenso do MPA em realizar trabalho em conjunto com o GT PREPS), REC 6/2024, REC 8/2024, REC 11/2024, REC 16/2024, REC 17/2024, REC 18/2024, REC 7/2024 (GTC informou que tem os planos, tendo a demanda como ponto faltante), REC 17/2024 (não tem GT interministerial), REC 19/2024 (foi sugerido pelo GTC que a Secretaria Executiva encaminhe a eles questionamento sobre pesquisas realizadas ou até mesmo apoiar linhas de pesquisas em desenvolvimento na área).

Recomendações em andamento e suas observações: REC 17/2023 (em discussão no GT Demersais SE/S), REC 21/2023 (em andamento no âmbito do GT PREPS), REC 12/2024. Recomendações que serão apresentados oportunamente durante a reunião: REC 22/2023, REC 24/2023, REC 5/2024, 9/2024, REC 10/2024 e REC 20/2024.

7 SESSÃO ORDENAMENTO DA PESCA NA ÁREA COSTEIRO-MARINHA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Dando prosseguindo à reunião, a Sr.^a Mariana Lobato concedeu a palavra ao Sr. Marlon Hilgert Arenhardt (SDR-RS) que explanou sobre a problemática do ordenamento da pesca no ecossistema de praia até a 1MN do Estado do Rio Grande do Sul, onde foram pontuados dois problemas, quais sejam, a legislação em âmbito municipal e estadual, as implicações ambientais, métodos para redução da captura incidental de tartarugas marinha e pinguins, especialmente pelas rede de cabo, avaliação dos danos da rede de tresmalho de cabo, proteção das espécies de elasmobrânquios ameaçados de extinção no período reprodutivo: área de berçário. Para a ordenação, foram sugeridas algumas ações a serem desenvolvidas ao longo do ano de 2025, como a criação do GT no âmbito do CONGAPES, levantamento preliminar (estatística pesqueira FURG, pesquisas do litoral norte tais como dissertações, MOPERT, GEMARS e CECLIMAR), levantamento nas comunidades (levantar as demandas que existem), levar aos fóruns com as entidades dos pescadores, elaborar minuta de proposta, discussão sobre as pesquisas, retornar as comunidades e apresentação ao CPG para os encaminhamentos necessários. A palavra foi concedida a Sr.^a Ana Spinelli (SFA/RS), que relatou que em



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

julho/2023 recebeu a demanda dos pescadores que buscavam segurança jurídica para a atividade da pesca de bote. Para o ordenamento, foi elaborada Nota Técnica com a descrição da pesca de bote e sobre a pesca acidental de mamíferos ameaçados, este incluído posteriormente, a importância socioeconômica e cultural, o histórico de conflitos e a necessidade de ordenamento (garantir a sustentabilidade da pesca, proteger o ecossistema e promover o desenvolvimento local de forma sustentável). Findada a apresentação, a Sr.^a Ana Spinelli passou a palavra ao Sr. Sandro, da ASPECID que agradeceu o empenho de todo corpo técnico para solucionar a problemática dos pescadores. A seguir, fez-se orador o Sr. Frederico Sucunza (GEMARS/ONG) que relatou sobre a técnica desenvolvida no Reino Unido que utiliza garrafas PET para reduzir a captura acidental, que beneficia comunidades de baixa renda. A técnica consiste na ressonância de sons através da bolha de ar preso na garrafa PET, permitindo a identificação, pelos golfinhos, da presença de pescadores artesanais no local. Até o momento da reunião, foram utilizados mais de 300 lances e entre controle e tratamento houve uma redução de 88% na taxa de captura acidental de golfinhos, incluindo a toninha. O orador destacou ainda sobre a recomendação da expansão do projeto para todo o território nacional e ao mundo pelo comitê científico da Comissão Baleeira Internacional.

A Sr.^a Mariana Lobato agradeceu aos oradores e passou para as indagações. Sr. Marlon Hilgert Arenhardt (SDR-RS) pontuou sobre maior controle, acompanhamento da frota e redução dos temas que mitigam a captura incidental a partir da proposta de alteração da INI 12/2012 (aumento da potência do motor). Questionados sobre a situação atual dos trabalhos da NT, a Sr.^a Ana Spinelli (SFPA-RS) afirmou que o documento já estava validado e aguardava apenas o encaminhamento após juntada no processo SEI.

O Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) afirmou que há um vácuo normativo e de ordenamento da pesca no ecossistema de praia até a 1MN no Rio Grande do Sul, o que impede até mesmo a pesca da tainha na região e para a solução desta problemática sugeriu reconhecer as modalidades, ordenar e limitar o exercício naquilo que cabe no ponto de vista da precaução ambiental.

A Sr.^a Mariana Lobato passou a palavra à Sr.^a Adayse Bossolani (MPA/SNPA), que sugeriu o encaminhamento da minuta da Nota Técnica ao CPG para que possa produzir o parecer técnico a respeito da pesca de bote. A Sr.^a Ana Spinelli (SFPA-RS)



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

concordou em enviar o material ao CPG. E este encaminhará o documento ao GTC e voltarão a discussão do tema no âmbito do CPG quando houver a devolutiva por aquele órgão. Sr. Marlon Arenhardt (SDR-RS) sugeriu a publicação da normativa tão logo receba parecer favorável do GTC, uma vez que já fora debatido no CPG. Fez quórum à solicitação a Sr.^a Ana Spinelli (SFPA-RS) por já ter se reunido com o Ministério do Meio Ambiente e ter questões bastante amadurecidas no processo. A Sr.^a Mariana Lobato esclareceu sobre o fluxo adotado no Ministério da Pesca e Aquicultura, mas a *priori* será anotado a sugestão para avaliação posterior. A Sr.^a Adayse Bossolani (MPA/SNPA) levantou a possibilidade de convocar uma reunião extraordinária para debater o tema, o que foi negado pela Sr.^a Mariana Lobato, que sugeriu debater como proposta de recomendação na tarde do dia seguinte junto com os interessados.

O Sr. Fernando Neves (SINDIPI) indagou sobre 1) levantamento de frota que atuam na modalidade, 2) medidas de controle e acesso à modalidade de pesca, 3) limite de comprimento de rede por bote e o 4) emissor responsável das permissões. Aos questionamentos respondeu Sr.^a Ana Spinelli (SFPA-RS). 1) Fez gesto positivo via vídeo no momento do questionamento. 2) Apenas os pescadores que estão exercendo a modalidade no litoral norte do Estado. 3) idênticas a diversidade costeira, com reavaliação após três anos de acompanhamento. 4) Ministério da Pesca e Aquicultura. A Sr.^a Mariana Lobato enfatizou que haverá discussão da minuta entre as áreas de ordenamento, registro e monitoramento para adequação junto ao Ministério do Meio Ambiente sobre a temática.

8 APRESENTAÇÃO SOBRE A PROBLEMÁTICA DAS AUTORIZAÇÕES DE PESCA DAS EMBARCAÇÕES MAR ABERTO - LAGOA DOS PATOS - (apresentação) - FEPARS

O Sr. Irandi da Silveira Rodrigues (FEPARS) apresentou o ofício 24/2024 solicitando ao MPA autorização para a saída da Boca da Barra aos pescadores da Lagoa dos Patos devido a safra fracassada decorrente das tragédias naturais ocorridas na região. A Sr.^a Mariana Lobato agradeceu a fala e informou que o órgão levantará a questão com os pesquisadores para possibilitar o prosseguimento da análise do processo e apresentar a melhor solução para a problemática. Fez uso da palavra a Sr.^a Tatiana



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Valter (FURG) e representante do Fórum da Lagoa dos Patos que enfatizou a importância da unificação sobre o entendimento das normas entre os órgãos e o combate às frotas irregulares que prejudicam as matrizes de corvina, pois impede o ingresso da espécie na Lagoa. A Sr.^a Mariana Lobato informou sobre a proposta a ser discutida no GT da corvina para combater a atuação da frota irregular na região. Complementou a fala dos oradores, o Sr. Nilton Mendes Machado (convidado) pontuando sobre a importância do direito dos pescadores da volta à atividade na costa oceânica e enfatizou que a pesca do emalhe anilhado tem trazido diminuição do estoque de corvina e que o esforço da fiscalização tem sido pequeno.

O Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) pontuou que na REC 22/2023, o assunto deveria ter sido avaliado entre o IBAMA, MMA, Marinha do Brasil e demais interessados, porém por questões institucionais, a Marinha do Brasil não participou. Sobre as demais questões levantadas, o Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) reconheceu a pesca irregular que prejudica a renda dos pescadores regularizados.

Em seguida, a palavra foi concedida ao representante do SINDIPI que apresentou dois vídeos de pesca predatória descumprindo a INI 12/2012, o que prejudica todo o ecossistema da piscicultura. O Sr. Jocemar Mendonça (MPA/SNPA) contribuiu com a discussão enfatizando que a problemática é o efeito da fiscalização ineficiente e que a reivindicação é pela regularização da IN 10/2011 que proibiu a atividade pesqueira que já estava sendo exercida pelos pescadores da região.

A Sr.^a Tatiana Valter (FURG) argumentou sobre a seriedade dos trabalhos do Fórum e discordou da fala do Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) e cobrou a volta da participação do IBAMA nos trabalhos do Fórum.

Para manter o decoro da reunião, a Sr.^a Mariana Lobato solicitou a todos os oradores para que mantivessem na pauta do momento, uma vez que a questão da pesca ilegal será encaminhada pelo GT da corvina e passou a palavra para o Sr. Luiz Bonilha (IBAMA).

O Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) apresentou um vídeo sobre manifestação dos pescadores realizada em 2011, onde foi reivindicada a regularização da pesca de arrasto e relatou a importância do trabalho em conjunto com outros órgãos federais para que possam definir o ordenamento dos pescadores da região.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Passada a palavra para o Sr. Irandi da Silveira Rodrigues (FEPAR), demonstrou insatisfação com a fala do Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) ao generalizar os pescadores em situação irregular e os ilegais e ratificou a importância do pleito apresentado. A seguir, utilizou da palavra o Sr. Alexandre Novo (SINDARPS) que debateu sobre a importância do cumprimento da INI 12 por todos os pescadores com o devido monitoramento. O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) enfatizou que o ordenamento pesqueiro seja pragmático de uma forma geral. Para somatizar a fala sobre a pesca ilegal, o Sr. Nilton Mendes Machado (convidado) enfatizou a importância do direcionamento da fiscalização para a manutenção do pescado.

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) confirmou a recepção da demanda e disse ter realizado oitivas com diversos atores envolvidos no processo, porém, após manifestações durante a discussão do tema, a demanda se tornou complexa havendo a necessidade de se fazer uma consulta ampliada, considerando as novas informações apresentadas, portanto, não se terá uma solução rápida para a demanda, o que deverá ser evidenciada por outras iniciativas como a atualização, ampliação e o fortalecimento do PREPS e avaliar quais informações adicionais ou medidas possíveis poderiam ser recomendadas e consultadas ao GTC para avançar a discussão.

9 SESSÃO EMALHE OCEÂNICO (PEIXE-SAPO)

Nesta sessão, foi feita a devolutiva, pelo professor Roberto Wahrlich (GTC), das demandas encaminhadas ao GTC quais sejam: Análise sobre a realidade atual da atividade pesqueira realizada pelas embarcações permissionadas para a pesca de emalhe de peixe-sapo, incluindo espécies capturadas, petrechos utilizados e áreas de operação, e análise sobre os possíveis impactos ambientais e socioeconômicos, positivos e negativos, da inclusão de uma autorização complementar nessa modalidade de pesca, contendo como espécies-alvo a abrótea-de-profundidade (*Urophycis mystacea*) e merluza (*Merluccius hubbsi*).

As recomendações do GTC são: Não conceder novas Permissões Prévias de Pesca para a modalidade de arrasto de fundo 3.12; Atualizar o ordenamento da pescaria de arrasto de fundo (modalidade 3.12); Em caso de inclusão de autorização



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

complementar na modalidade 2.3 (emalhe de fundo), revisar o ordenamento da pescaria de peixe-sapo, incluindo o quantitativo de embarcações e não ultrapassando o RMS do estoque da abrótea-de-profundidade e estar amparada em uma regulamentação de ordenamento específico para essa nova modalidade de pesca. O professor Roberto Wahrlich (GTC) afirmou que as informações completas se encontram no relatório.

Sobre a questão, o Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) acredita que por falta de interesse dos pescadores, apenas duas embarcações em atividade atualmente, seria melhor reavaliar a pesca do peixe-sapo por outra modalidade de emalhe profundo (*abrótea* e *merluza*).

A Sr.^a Mariana Lobato contextualizou que a demanda da pauta não foi pela queda do estoque, mas sim, pelo fechamento de alguns mercados, como o europeu, que absorviam o peixe-sapo.

Para as considerações, o Sr. José Júnior (SINDIPI) disse que o setor está em colapso por causa do fechamento do mercado, e que o principal problema é que não conseguem competir em qualidade com outros mercados, pois o produto vinha apenas de um barco de emalhe. Foi construído um barco para solucionar o problema, porém acumulam prejuízos devido ao mercado europeu fechado. Acatou a proposta do Sr. Luiz Bonilha (IBAMA), no tocante a reorganização do emalhe oceânico e restrição do pescado de arrasto. O Sr. Manoel Cordeiro (Cordeiro Pescados) acredita que a abrótea é uma boa alternativa para minimizar o prejuízo causado pelo mercado fechado do peixe-sapo, porém sem aumentar a frota autorizada. O Sr. Fernando Neves (SINDIPI) afirmou que os barcos de pesca de camarão parou de matar o recrutamento da abrótea e isso irá beneficiar o estoque da espécie. O Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) complementou a fala sobre a positividade da hipótese, porém ratificou a importância de ter cautela para não considerar fatos não consumados. A OCEANA pontuou que as pescarias em discussão são distintas, dentro de uma mesma modalidade de permissionamento trazendo a ideia de uma complementar, o que gera fatores facilitadores e complicadores, fazendo-se necessário ter um olhar de uma forma generalizada, com ordenamento das pescarias de profundidade.

A Sr.^a Mariana Lobato esclareceu que sobre o ponto colocado é uma discussão entre o MPA e MMA de estrutura da normativa de permissionamento.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) pontuou a importância da gestão e do ordenamento adotados, com as devidas correções ao longo do tempo se caso alterar a modalidade de pesca da INI 10/2011. Já o representante da CONEPE apoia a sugestão do GTC. O Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) defende a limitação de profundidade e a possibilidade da pescaria da merluza. SINDIPI não concorda em trocar o peixe-sapo por outra espécie, pois foi o MAPA quem proibiu a exportação e o órgão não tem mais atividade na pesca. Afirmou que há outras oportunidades no mercado externo além do europeu. Sugeriu ainda a concessão de licença com três espécies para maior opção ao pescador. Para finalizar a discussão, a Sr.^a Mariana Lobato relatou sobre a necessidade de verificar de forma mais ampla o ordenamento da pesca na região.

10 SESSÃO CAMARÕES DE PROFUNDIDADE

A Sr.^a Mariana Lobato esclareceu que o tema foi demandado pelo Fórum e que recebera recomendação na primeira reunião ordinária para avaliar o ordenamento do camarão de profundidade. Na segunda reunião foi construída uma recomendação para que em até noventa dias publique norma de ordenamento. Atualmente, está em discussão entre MPA e MMA para que possa publicar uma norma com ordenamento mais assertivo. Sobre a autorização e/ou permissões, a Sr.^a Mariana Lobato afirmou que o MPA não tem concedido nenhum tipo de autorização e/ou permissão para que possa garantir a manutenção do estoque e garantir a viabilidade econômica.

O Sr. Roberto Gallucci (MMA) relatou que não conseguiu obter uma avaliação satisfatória da pesca de profundidade, logo, solicitou apoio do IBAMA e ICMBio para embasar e ter um posicionamento melhor sobre o assunto. O Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) informou que o órgão está elaborando um parecer detalhado e afirmou a necessidade de um olhar atento à esta atividade pela importância histórica. O professor Roberto Wahrlich colocou o GTC à disposição para discussões e compartilha das preocupações postas pelos oradores.

A OCEANA manifestou que o caso da paralização do ordenamento da pescaria dos camarões de profundidade, sem maiores justificativas, descredibiliza o funcionamento do fórum. Afirmou que o ordenamento da pescaria era para ser algo simples, em virtude de ser uma atividade nova, com uma única embarcação atuante



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

quando o tema foi trazido ao conhecimento do CPG. Que havia robusto parecer científico e concordância quanto às recomendações do GTC, sobretudo no que tocava ao estabelecimento de um limite de captura de 60 toneladas anuais e quanto ao número de embarcações permissionadas, que muito embora não estivesse explícito no parecer científico, deixava claro que o número de vagas na pescaria levasse em conta este quantitativo (60 ton/ano), visando não comprometer a viabilidade econômica da pescaria. Afirmou que a concordância do fórum possibilitou que prazos curtos para publicação do ato normativo fossem adotados por consenso, sendo 90 dias contados a partir da 2ª reunião ordinária. Comentou que, na data, já haviam se passado 240 dias revelando atraso significativo.

Alertou que desde que o ordenamento começou a ser debatido, já havia uma segunda embarcação em operação. Afirmou haver ainda outras quatro PPPs deferidas pelo MPA totalizando seis embarcações permissionadas - quantitativo acima da capacidade da pescaria segundo parecer do GTC, que apontava uma única embarcação produzindo cerca de 38 toneladas anuais. Adicionalmente, apontou haver outros dez pedidos de registro inicial e conversão de modalidade, o que significava até quinze embarcações dentro de uma pescaria com capacidade para não mais do que duas. Afirmou que esta corrida por entrada na pescaria devia-se a ausência de ordenamento, daí a necessidade de se fazer um regramento emergencial.

A OCEANA apontou que buscou acesso ao processo para compreender a razão da demora e a situação da minuta, mas que teve seu pedido negado pelo MPA. Que a partir desta negativa, buscou via representante legal (advogado) acesso ao Afirmou que o ordenamento da pescaria era para ser algo simples, em virtude de ser uma atividade nova, com uma única embarcação atuante quando o tema foi trazido ao conhecimento do CPG. Que havia robusto parecer científico e concordância quanto às recomendações do GTC, sobretudo no que tocava ao estabelecimento de um limite de captura de 60 toneladas anuais e quanto ao número de embarcações permissionadas, que muito embora não estivesse explícito no parecer científico, deixava claro que o número de vagas na pescaria levasse em conta este quantitativo (60 ton/ano), visando não comprometer a viabilidade econômica da pescaria.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Afirmou que a concordância do fórum possibilitou que prazos curtos para publicação do ato normativo fossem adotados por consenso, sendo 90 dias contados a partir da 2ª reunião ordinária. Comentou que, na data, já haviam se passado 240 dias revelando atraso significativo. Alertou que desde que o ordenamento começou a ser debatido, já havia uma segunda embarcação em operação. Afirmou haver ainda outras quatro PPPs deferidas pelo MPA totalizando seis embarcações permissionadas - quantitativo acima da capacidade da pescaria segundo parecer do GTC, que apontava uma única embarcação produzindo cerca de 38 toneladas anuais.

Adicionalmente, a entidade apontou haver outros dez pedidos de registro inicial e conversão de modalidade, o que significava até quinze embarcações dentro de uma pescaria com capacidade para não mais do que duas. Afirmou que esta corrida por entrada na pescaria devia-se a ausência de ordenamento, daí a necessidade de se fazer um regramento emergencial. Apontou que a Oceana buscou acesso ao processo para compreender a razão da demora e a situação da minuta, mas que teve seu pedido negado pelo MPA. Que a partir desta negativa, buscou via representante legal (advogado) acesso ao representavam a manutenção da pescaria sem qualquer regramento.

A Sr.^a Mariana Lobato lembrou a todos sobre a discussão da PPP na última reunião do CPG e conforme consta na ata aprovada, foi colocado considerar as permissões prévias de pesca no ato do ordenamento. O Sr. Manoel Cordeiro (Cordeiro Pescados) discorreu sobre o mapeamento dos corais, problema dos escoamentos da pesca do caranguejo e do carabineiro que tem baixa qualidade no mercado. Por esta razão, o Sr. Cordeiro acredita que a permissão de pesca para mais embarcações poderá causar mais problemas para o setor. O professor Roberto Wahrlich (GTC) enquanto profissional manifestou insatisfação em relação aos dois ministérios e externalizou a dificuldade na continuação do trabalho voluntário. O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) discorreu sobre a inviabilidade do estoque e a exploração de novos nichos.

O Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) compadeceu com as falas dos oradores e prontificou para colaborar com o estudo para que possa elaborar o ordenamento do camarão de profundidade. Além disso, relatou problemas relacionados a fauna acompanhante e outras questões relacionadas a Minuta. Assim, disse que é preciso discutir a Minuta para dirimir o máximo possível as contradições e que é preciso deixar registrado a posição do



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

IBAMA. Desta forma, o IBAMA deixou registrado que a Minuta contrariou as recomendações do GTC.

O professor Roberto Wahrlich (GTC) comentou que entendeu que a Minuta estava diferente em relação às recomendações do GTC, inclusive em relação à fauna acompanhante e que as recomendações foram realizadas com base em trabalhos científicos.

Para finalizar a discussão entre os membros, a Sr.^a Mariana Lobato esclareceu sobre a possibilidade de que alguns membros terem acessado a minuta sem validação, o que causou desconforto geral. Discorreu sobre o envio das considerações específicas ao GTC quanto à inclusão de espécies (foi verificado artigo científico e posterior inclusão) e a retirada das que foram solicitadas. A pasta produzirá um informe sobre o processo para conhecimento de todos. Além disso, a Sr.^a Mariana Lobato pediu para que os membros encaminhassem as propostas por e-mail para que sejam analisadas internamente.

O Sr. Fernando Neves (SINDIPI) sugeriu que o estoque identificado seja dividido entre os dois barcos permissionados e com revezamento de área, além de congelar por um período de dois a três anos as PPP já solicitadas.

O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) informou que na minuta não existe o limite de captura. Para finalizar a reunião do dia, a Sr.^a Mariana Lobato agradeceu a participação e empenho de todos, informando sobre o horário da agenda do dia seguinte.

SEGUNDO DIA DA REUNIÃO (13/12/2024)

11 DEVOLUTIVA DO GTC SOBRE A REC 4/2024

O professor Roberto Wahrlich (GTC) discorreu sobre o ordenamento da pesca de polvo com potes, em atendimento às REC 4/2024 e REC 5/2024. Como recomendações apresentou: Manter o disposto no Art. 2º da Portaria SAP/MAPA nº 452/2021 (quantitativo de embarcações nas áreas I e II); Verificar o quantitativo de embarcações autorizadas para a Área I; Atualizar a avaliação de estoque do polvo no Sudeste/Sul e respectivos pontos de referência em 2025, mantendo posteriormente atualizações com uma periodicidade máxima de três anos; Aprimorar o monitoramento da pescaria: Mapa de



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

Bordo; observadores de bordo e rastreamento satelital de todas as embarcações autorizadas; Levantar informações sobre a pesca artesanal de polvo na região Sudeste/Sul, com prioridade para o litoral do Espírito Santo, tendo vista que o atual ordenamento considera somente a pesca industrial de polvo realizada com potes.

O Sr. Luis Cardoso (MPA/SERMOP) iniciou a sessão de dúvidas reconhecendo os dados desatualizados do RGP e explicou sobre a ação emergencial em curso e a ação a longo prazo (três anos) para a regularização das embarcações. E o resultado esperado é a lista positiva dos barcos vistoriados.

O Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) defendeu a possibilidade de incrementar a frota na forma de edital público para dar luz ao princípio da publicidade.

A Sr.^a Roberta Santos (ICMBio) pontuou as seguintes preocupações: situação dos potes, no fundo, embarcações sem licenciamento, avaliação de estoque, limite vindo do mapa de bordo e indagou se estão considerando o *Octopus americanus* e o *Octopus insularis*. A Sr.^a Mariana Lobato respondeu que as duas espécies foram consideradas no relatório.

O Sr. Fernando Neves (SINDIPI) perguntou acerca das atividades da SERMOP: 1) A vistoria seria em todas as embarcações? 2) A renovação dependerá da vistoria? 3) A vistoria atingirá a todas as frotas? 4) Como será o corpo técnico de vistoriadores? 5) Estabelecerá TAC sobre o total de RMS identificado? Respondeu o Sr. Luis Cardoso (MPA/SERMOP) que 1) a vistoria terá uma janela de três anos para ser vistoriada e se fará mediante requerimento pelo dono da embarcação e se após este período não realizar a vistoria, a embarcação será considerada irregular e o registro válido será cancelado. 2) A vistoria é única, independente de renovação. 3) Todas as vinte e cinco mil embarcações farão parte do censo de embarcações no país. 4) Os vistoriadores estão sendo cadastrados, capacitados e credenciados pelo MPA, de forma pública (o MPA pagará diária e passagem para o vistoriador) cumprindo calendário por Estado, e privada (dono da embarcação manifesta o interesse e agenda a vistoria a partir do dia primeiro de janeiro). Sobre a pergunta 5), respondeu o professor Roberto Wahrlich (GTC) que a questão deverá ser discutida no âmbito do GTC, porém, a recomendação inicial é deixar como está.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Antônio Carlos Cavalcanti de Souza (SEAG-ES) indagou sobre a identificação das espécies na linha de costa no Espírito Santo, principalmente na região mais ao sul do Estado e a incidência do polvo. O professor Roberto Wahrlich (GTC) respondeu que na primeira normativa foi denominado *Octopus spp*, mas após pesquisas foi constatado que se tratava de *Octopus vulgaris*.

O Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) recomendou a inclusão da inspeção no sistema de rastreamento informatizado utilizado pelo órgão, que consiste na utilização de arquivo tipo “csv” para automatizar a análise do cruzeiro e poderá passar para o MPA. O Sr. Luis Cardoso (MPA/SERMOP) acatou a sugestão e reiterou sobre a importância de a vistoria cumprir as normas existentes. O Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) informou sobre as autorizações de pescas das embarcações que não operam há bastante tempo, tampouco não têm os TIEs baixados e que os rastreadores ainda estão emitindo sinais em locais diversos para burlar o sistema de monitoramento do governo. O Sr. Cadu Villaça (CONEPE) discorreu que a distribuição das espécies ocorre no sul da Bahia e no Espírito Santo, o volume da espécie grande e uma boa aceitação no mercado por ter uma qualidade superior e que a pescaria não é regulamentada no nordeste brasileiro. No tocante à fala do IBAMA, relatou que o uso de sistemas deve haver comunicação entre sistemas do governo. Para finalizar, o Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) esclareceu que o projeto de unificação dos sistemas está em andamento e permitirá gerar um documento de rastreabilidade do pescado com dossiê.

12 DISCUSSÕES PARA O ORDENAMENTO DA PESCA DO POLVO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A Sr.^a Adayse Bossolani (MPA/SNPA) apresentou o resultado dos estudos para a regularização e ordenamento da pesca do polvo no Espírito Santo. O projeto foi idealizado através de visitas *in loco* aos municípios de Piúma, Anchieta, Guarapari e Maratáizes e oficinas com os principais atores da pesca do polvo e representantes do poder público estadual. Ao mostrar os dados coletados, a oradora percebeu erro no número de produção anual (p/ município) de Maratáizes, que é de 4.800 toneladas e não, 48.000 toneladas. Apesar dos problemas enfrentados como o a falta de ordenamento e do licenciamento para a pesca, distribuição informal de lucros, financiamentos, a pesca do polvo é uma atividade tradicional do Estado, além de economicamente rentável. Por esta razão, os pescadores querem o regulamento para a atividade de forma rentável e



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

sustentável. Para tanto, o MPA está construindo um TED em conjunto com o Instituto Federal para solucionar a problemática da regularização. O Sr. Antônio Carlos Cavalcanti de Souza (SEAG-ES) demonstrou preocupação sobre a falta de regulamentação da pesca do polvo e a importância da fiscalização nos estaleiros que fazem as embarcações de qualquer maneira, pois não há exigência de fiscalização para a construção de embarcação para expedição da PPP.

A Sr.^a Mariana Lobato questionou sobre a origem dos dados de produção apresentados para possibilitar a avaliação do estoque, sobre a identificação e a espécie do polvo de pedra e do polvo de cascalho. Respondeu a Sr.^a Adayse Bossolani (MPA/SNPA) que os dados apresentados são da caracterização, ou seja, foram cedidos pelos pescadores. Portanto, não são dados oficiais. Complementou o Sr. Antônio Carlos Cavalcanti de Souza (SEAG-ES) sobre a importância das pesquisas e afirmou que os pesquisadores não forneceram, ainda, a identificação das espécies.

A Sr.^a Rochelle Cruz (CeDePesca) questionou sobre o cálculo da produção anual dos municípios de Guarapari e de Marataízes, sendo os valores corretos: 540t e 464t respectivamente. A Sr.^a Adayse Bossolani (MPA/SNPA) revisará os dados e informou que na tabela apresentada faltou ainda informação sobre a quantidade de potes. O Sr. Martin Dias (OCEANA) seguiu a mesma indagação da CeDePesca e demonstrou favorável ao ordenamento da pesca do polvo, assim como preocupação sobre a questão da mineração que pode afetar a sustentabilidade da atividade em pauta.

O Sr. Cadu Vilaça (CONEPE) solicitou o envio de imagens da pedra do cascalho para poder analisar. A Sr.^a Maria Lobato solicitou, dentro da possibilidade, o envio do material à SNPA para que todos possam ter acesso ao material e consulta futura.

Já o Sr. Roberto Gallucci (MMA) relatou que existem ao menos duas modalidades distintas que atuam na mesma espécie e que há a necessidade de identificação das espécies, pois a atividade está em crescimento e ocorre a sobreposição de áreas de atuação entre as modalidades. Logo, indagou se há estudo de avaliação de estoque e finalizou argumentando que, para o permissionamento de novas embarcações, seja publicado edital para concorrência com publicidade, possibilitando direito de acesso a todos. Sobre o questionamento, respondeu o professor Roberto Wahrlich (GTC) que a avaliação de estoque nas regiões Sul e Sudeste foi feita através da compilação dos dados



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

de desembarque e do mapa de bordo e reconheceu a necessidade de uma nova avaliação considerando outros atributos.

Lembrou o Sr. Antônio Carlos Cavalcanti de Souza (SEAG-ES) que, segundo relatos de alguns pescadores, a quantidade das embarcações de Guarapari e Marataízes apresentadas está sobrestimada. A Sr.^a Mariana Lobato solicitou apoio do Estado e da secretaria para apuração de um quantitativo mais exato para que o GTC possa analisar com mais exatidão e apresentar proposta de ordenamento mais adequado para a atividade pesqueira do polvo. A Sr.^a Adayse Bossolani (MPA/SNPA) informou que os dados coletados são originários do processo de autodeclaração de informações e que devem ser cruzados com outros dados oriundos dos demais órgãos atuantes no tema para que possa dar prosseguimento ao trabalho de ordenamento.

O Sr. Antônio Olinto da Silva (Instituto de Pesca) disse que o Instituto possui registro referente a 2024 de 11 toneladas de captura do polvo, 586 escapes registradas de 44 embarcações, tendo como principais municípios Anchieta com 28 embarcações e Piúma, com onze. O quantitativo de embarcações foi levantado pelos agentes de campo do Instituto que estavam *in loco*.

O Sr. Jocemar Mendonça relatou que, após a coleta dos dados em campo, foi acordado prosseguimento à regularização das atividades respeitando as peculiaridades, e ressaltou que para o processo do ordenamento, precisa-se de um acompanhamento a ser realizado junto com o IPIS, através de um TED e um aprofundamento do conhecimento das espécies, além de construção do acompanhamento da evolução da atividade em trabalho conjunto com o PMAP.

O Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) relatou que para a administração pesqueira, o Espírito Santo não deveria estar na mesma província de ordenamento pesqueiro do Sul/Sudeste, pois biogeograficamente, o Espírito Santo pertence ao Norte/Nordeste, o que pode ser corrigido no sistema de permissionamento. Sobre a extração do fundo para fins minerais foi demonstrado preocupação, pois apesar de se ter criado uma APA, talvez não seja suficiente para a proteção dos recursos pesqueiros.

Como recomendação, o Sr. Cadu Vilaça (CONEPE) discorreu sobre a possibilidade de lançar um edital ou chamamento público ou até mesmo emissão de licenciamento temporário (cerca de 30 a 50 licenças) para que os pescadores possam



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

gerar dados confiáveis para construção de uma base de ordenamento, pois não existe ciência sem dados. O Sr. Luis Cardoso (MPA/SERMOP) acha positiva a recomendação da CONEPE se houver um instrumento de monitoramento, porém há uma dificuldade em estabelecer a figura da licença temporária, pois exige mudança na legislação, o que leva a morosidade, assim como a construção de um TED, que é um processo demorado.

O professor Roberto Wahrlich (GTC) solicitou o encaminhamento das recomendações ao GTC com maior detalhamento possível para que possa responder de forma mais assertiva até a próxima reunião do CPG.

O Sr. Antônio Olinto Ávila da Silva (Instituto de Pesca) esclareceu que em 2025 continuará com o programa de monitoramento no Espírito Santo através da chamada do CNPq sobre a pesca demersal e que os dados desde 2021 do Espírito Santo serão analisados. A Sr.^a Mariana Lobato agradeceu o empenho dos grupos de monitoramento por trazer todas as informações de monitoramento.

A Sr.^a Roberta Santos (ICMBio/CEPSUL) fez coro às falas do Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) e do Sr. Cadu Vilaça (CONEPE) e em relação ao ordenamento se preocupou sobre a existência de outras espécies que tenha situação populacional diferente. Reforçou ainda que no Espírito Santo deverá ser avaliado caso a caso por ter espécies diferentes, além de regularizar o que tem de ser regularizado.

A Sr.^a Mariana Lobato agradeceu a contribuição do ICMBio e disse que as contribuições ajudarão na avaliação do desenvolvimento das demandas das pescas industrial e da artesanal do polvo.

O Sr. Luis Cardoso (MPA/SERMOP) indagou sobre a possibilidade enquanto comitê de gestão recomendar que a questão de monitoramento fosse incluída no Propesca, pois há oportunidade financeira, por questão de Mariana que poderá transformar o estado do Espírito Santo em Estado modelo de monitoramento, organização e regulamentação utilizando esse recurso e é pauta de interesse público.

Para encerrar a discussão da sessão, a Sr.^a Mariana Lobato reforçou a importância de levantar todos os cenários e as sugestões apresentadas sobre as questões do ordenamento poderão ser discutidas em tratativa conjunta com SNPA e SNPI.



13 APRESENTAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE SUBDIVISÃO DA FROTA 3.6 DA INI MPA/MMA Nº 10 DE 2011, COM A CRIAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO COMPLEMENTAR PARA LULAS

O Sr. Fernando Neves (SINDIPI) descreveu que com a criação de várias áreas de exclusão para camarão sete barbas (São Paulo) quanto para as doze milhas no Rio Grande do Sul fez com que mais de cem barcos se deslocasse para a pescaria do camarão rosa, causando uma ruptura de estoque. Relatou também que ao adiantar o período de defeso, trouxe dois problemas: a) a frota de camarão foi impedida de pescar (lula) com o período de defeso findando com um mês de antecedência, o estoque liberado de camarão é muito pequeno, obrigando os pescadores a pararem as atividades em outubro. Por estas razões, o sindicato solicitou, via ofício, a substituição de algumas das complementares de pitu e uma complementar para a lula por dois meses ao ano para parte da frota. Alertou ainda sobre a urgência de abertura do edital para que até o final de janeiro ter algum posicionamento de retomada do antigo período de defeso ou para que, obedecido critérios, alguns barcos possam pescar lula. Indagado pela Sr.^a Mariana Lobato sobre o quantitativo de embarcações a ser permitidas, o SINDIPI respondeu que não pode responder apenas pela frota de SC, porém, sugeriu ou ser uma permissão por CPF ou ter uma janela temporal para análise do quantitativo de qualificados e após isso, selecionar de 25 a 30% da frota qualificada. Observou também que a frota selecionada deverá ficar ancorada no período noturno. A Sr.^a Mariana Lobato discorreu sobre o trabalho em conjunto com os demais interessados para subsidiar o quantitativo, características e critérios e sugeriu utilizar os mesmos critérios de trabalho utilizado no projeto do pargo para viabilizar a solicitação em tela.

O Sr. Martin Dias (OCEANA) iniciou a fala indagando sobre a proibição de pescar lula no camarão e se houve alteração na legislação. Sobre a reivindicação do SINDIPI, argumentou que o defeso é o período de fechamento temporário para controle de mortalidade, porém, há mais sentido balizar ou determinar os períodos de pesca com tamanho ótimo de captura, assim como calcular o período necessário para manter a biomassa desovante mínima para não haver ruptura de estoque e não o período de desova. A OCEANA não sugere a alteração do defeso, mas recomenda outras ações estratégicas de inteligência de mercado, pois o problema é a falta de ordenamento da



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

frota e não do camarão. O Sr. Fernando Neves (SINDIPI) respondeu que o melhor a se fazer é a reversão da norma e em relação a lula como complementar, relatou que a fauna acompanhante passou a ser proibida pela fiscalização apesar de não estar implícita na INI 10/2011.

O Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) esclareceu que a norma resultante da problemática discutida é de 2008 e que realmente prejudica a comunidade. Porém, sobre a criação de uma complementar irá sobrepor a área de pesca. Logo, a solução para isso é o gerenciamento do período de defeso para melhor aproveitamento do recurso.

O representante do Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (SAPERJ) reiterou a sugestão do SINDIPI. Fez quórum a voz, o Sr. Caetano Almeida Junior (CNPA).

A Sr.^a Roberta Santos (ICMBio/CEPSUL) argumentou que a ideia do defeso é a diminuição da mortalidade por pesca, sobretudo dos recrutas e não de desova do camarão rosa, pois a desova se dá o ano inteiro. Finalizou discorrendo que não é a pescaria de cristalino que irá pagar a viagem. Logo, a pescaria acima de cem metros está associada não só ao camarão, mas também a fauna acompanhante.

Argumentou o Sr. Cadu Vilaça (CONEPE) sobre a importância do entendimento da diferença entre defeso, período reprodutivo, temporada de pesca relacionada ao que se pretende, ao momento biológico como tamanho, disponibilidade, capturabilidade que está para pescar. Assim como a otimização da atividade, como diminuição do custo e aumento do rendimento econômico, além de agregar os esforços científicos dedicados, como o projeto *shrimp* e repensar a gestão do camarão.

O participante não identificado indagou a todos se concordam em voltar ao período de defeso e iniciou um debate entre oradores de que a nomenclatura não é importante, mas sim, o período de trabalho. A Sr.^a Mariana Lobato sugeriu deixar o tema para o momento das recomendações, onde será possível trazer argumentos mais fortes para que o GTC possa fazer uma análise aprofundada.

Finalizou a discussão com a palavra do representante do Sindicato dos Armadores de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (SAPERJ) argumentando que se esperava melhoria da situação com a alteração da norma, mas a realidade foi contrária ao esperado, portanto, o setor reprodutivo espera pela reversão da norma.



14 DEMAIS PLEITOS DE ORDENAMENTO DOS RECURSOS PESQUEIROS DEMERSAIS DAS REGIÕES SUDESTE E SUL

O Sr. Fernando Neves (SINDIPI) iniciou a consideração sobre as questões de ordenamento não tratadas pelo CPG argumentando que com a atuação de uma empresa petroleira fazendo as sísmicas na Bacia de Pelotas, no Rio Grande do Sul, o sindicato pleiteou ao IBAMA, licenciamento ambiental com compensação financeira a depender do prazo para evitar conflitos em alto mar, como ocorrido em 2024, porém, em reunião realizada entre o órgão, a empresa petroleira e pescadores, o órgão fiscalizador negou o pleito argumentando não haver prerrogativas de indenização para a pesca industrial.

A Sr.^a Mariana Lobato informou sobre a ciência da atividade sísmica e que fora encaminhado ofício para a Diretoria de Licenciamento do IBAMA com análise técnica da avaliação dos termos de referência da análise sísmica e o órgão demonstrou abertura para negociação com o MPA.

Por não ser da Diretoria de Licenciamento, o Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) afirmou que teria de se informar sobre a pauta. Então, acredita que quem estivesse em Brasília teria melhor acesso às informações. O Sr. Cadu Vilaça (CONEPE) manifestou profundo interesse em conhecer oficialmente a resposta do IBAMA, pois a atividade em tela é altamente prejudicial para o meio ambiente e aos que dependem dele.

Para corroborar, o Sr. Fernando Neves (SINDIPI) discorreu sobre a falta de preparo técnico do oceanógrafo contratado pela empresa, reiterou que o pleito do sindicato é a saída da frota da área com a devida compensação financeira enquanto a empresa estiver em atividade na região e solicitou acesso ao documento resposta do IBAMA. A Sr.^a Mariana Lobato disse que poderá pensar como recomendação ao CPG para dar respaldo melhor para o documento.

O Sr. Alexandre Novo (SINDARPES) defendeu a ideia de ter uma comunicação mais sólida entre órgãos que cuidam da gestão pesqueira para que haja gestão eficaz e geração de renda.

O Sr. Manoel Cordeiro (Cordeiro Pescados) discorreu sobre a prejudicialidade causada aos cachalotes e ao Anequim pela atividade executada pela empresa e que nenhuma providência fora tomada.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

O Sr. Martin Dias (OCEANA) corroborou com a fala de todos os oradores anteriores e se dispôs a continuar a colaborar com os trabalhos do CPG.

O Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) relatou sobre o parecer emitido, em 2005, pela Universidade Federal do Paraná estabelecendo não haver relevância entre a sísmica e a pesca. O estudo se baseou em diversos experimentos e os danos causados foram atribuídos a outros fatores. O orador acredita que as condicionantes das normas de licenciamento devem ser revistas, desde que comprovadamente.

A Sr.^a Mariana Lobato informou sobre o resgate dos processos sobre a Bacia de Pelotas e das Bacias de Barreirinhas e Ceará, dos quais foram encaminhados com informação e ofício à Coordenação de Licenciamento Ambiental e da Exploração de Petróleo e Gás *Offshore*, e teve resposta a um deles informando sobre a reunião realizado no dia 9 de dezembro. Perguntado o dia do recebimento do ofício, a Sr.^a Mariana Lobato respondeu que o documento foi recebido no dia 27 de novembro e o Sr. Fernando Neves (SINDIPI) reafirmou que foi no mesmo dia que recebeu o posicionamento negativo do IBAMA em relação ao diálogo e a possibilidade de compensação financeira. Finalizou a fala informando que entrará em contato com a empresa, pois a atividade em Pelotas não foi concluída por questões climáticas.

Exaurida a lista de oradores, a Sr.^a Mariana Lobato indagou aos participantes se há novas demandas a serem discutidas e seguiu com a palavra a Sr.^a Roberta Santos (ICMBio/CEPSUL) sobre o monitoramento e ação das capturas incidentais de cavalos marinhos com o possível suporte do GTC. A Sr.^a Mariana Lobato respondeu que irá analisar em conjunto com os demais membros a forma de encaminhamento do tema.

O professor Roberto Wahrlich (GTC) indagou o motivo pelo qual a questão de anchova tem de ser estudada também no GTC Pelágicos, pois não lembra de ter visto, no dia anterior, na Sessão devolutivas das recomendações da 1^a e 2^a reunião ordinária. A Sr.^a Mariana Lobato confirmou que a demanda foi encaminhada ao GTC Pelágicos e indagou se a proposta é para ficar neste CPG. O professor Roberto Wahrlich (GTC) confirmou a permanência e informou que naquele GTC não houve desdobramentos do assunto e neste GTC está no painel. A Sr.^a Mariana Lobato lembrou que o encaminhamento se deu pelo questionamento do percentual de captura que em algumas normativas estabelece em 5%, e que assunto poderá ser colocado em pauta na próxima



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

reunião do CPG, porém os dois GTCs serão consultados. O Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) opinou sobre a importância de que a discussão ocorra também no GTC Pelágicos, apesar de os membros serem os mesmos, pois terão oportunidade de ouvir as contribuições do setor produtivo.

O Sr. Caetano Júnior (CNPQ) indagou a possibilidade de liberação da pesca da lula em todo Sudeste e Sul do país e informou o envio do ofício ao MPA. Agradeceu a manifestação a Sr.^a Mariana Lobato e indagou se possui informações gerais sobre a pescaria para subsidiar o processo de construção do ordenamento.

O Sr. Alexandre Novo (SINDARPES) indagou a definição da pesca da anchova ser da demersal ou do pelágio e solicitou agilidade no ordenamento para que o Estado do Rio Grande do Sul não seja economicamente prejudicado.

A Sr.^a Mariana Lobato interveio na discussão alertando a todos que o momento foi reservado para o levantamento de novas pautas e citou as demandas de ordenamento discutidas até o momento, quais sejam: sísmica (compensação para as frotas que atuam na área), conservação do cavalo marinho nas pescarias de camarão, e a alocação da discussão da anchova no âmbito dos GTCs.

Como demais pleitos, o Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) sugeriu o estabelecimento do limite de profundidade para operação do emalhe costeiro.

O Sr. representante da Secretaria do Estado do Rio Grande do Sul solicitou o registro de que mesmo após diversas discussões no CPG sobre as espécies ameaçadas, o MMA não criou grupos de trabalho. A Sr.^a Mariana Lobato informou que sobre esta pauta, fora informado o início da formação do grupo de trabalho interministerial e o MPA indicou algumas instituições do setor pesqueiro. Espera-se discutir as espécies ameaçadas, a revisão dos planos que já existem para avaliação da situação real das espécies, e, assim como já recomendado pelo CPG, os possíveis novos planos de ação para a recuperação.

A Sr.^a Rochelle Cruz (CeDePesca) discorreu sobre a importância do retorno da coleta de dados, no geral no arrasto e emalhe, com a inclusão dos atributos relacionados aos componentes como espécies secundários, Estudo Técnico Preliminar e os *habitats*.

Para melhorar a informação pesca, o Sr. Fernando Neves (SINDIPI) sugeriu a criação de uma normativa para a entrega obrigatória do relatório de produção por todas



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

as pescas do país, inclusive a entrega dos dados de pesca incidental descartada sem problemas judiciais. A Sr.^a Mariana Lobato indagou se o relatório de produção é o mapa de produção das empresas, mas o Sr. Fernando Neves respondeu que é o mapa de produção do armador, com o peso da produção. Para tentar identificar o instrumento da sugestão, os membros presentes debateram afastados do microfone e concluíram que se tratava de relatório de desembarque e a Sr.^a Mariana Lobato anunciou que levará para consideração da SERMOP e poderá retornar para uma nova discussão.

O Sr. Caetano Junior (CNPA) informou que até 2019 exigia-se a entrega do mapa de produção para a pesca artesanal para embarcações de até dez metros e sugere que haja o informe dos descartes. A Sr.^a Mariana Lobato explicou que para padronização de nomenclaturas, todo instrumento de monitoramento de embarcação foi chamado de mapa de bordo e não necessariamente eles têm as mesmas informações. Para resumir ratificou se a sugestão é para se ter o relatório de desembarque a ser entregue no momento do cais.

A Sr.^a Laís Pestana (ABIPECA) solicitou consideração para a pesca industrial sobre a possível burocratização a ser enfrentada por empresas que tem a cadeia fechada de produção, porém, a princípio, a ABIPECA não se opõe à criação do instrumento.

A Sr.^a Mariana Lobato informou sobre as discussões acerca da interligação de sistemas.

O Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) ratificou a importância da coleta de dados da pesca, pois poderá subsidiar as pesquisas científicas e o orador acredita que o mapa de descarga é, também, uma informação importante por ser o refinamento de toda a descarga.

O Sr. Frank Marques (AMFRi) posicionou-se contrário a implantação de mais um instrumento, pois já existem o mapa de bordo e a NFe, porém consultará os municípios representados sobre a pauta.

A Sr.^a Mariana Lobato sugeriu solicitar à SERMOP uma apresentação, para a próxima reunião do CPG, sobre os instrumentos de monitoramento vigentes, sua eficácia, possíveis medidas de melhoria para possibilitar uma discussão mais ampla.

A Sr.^a Ynês Araújo (MPA/SERMOP) se dispôs a trazer para o CPG, atualização de dados aperfeiçoando o que já se tem hoje, fortalecendo o mapa de bordo para que possa,



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

através dele, conhecer o que está sendo pescado e posteriormente incrementar este instrumento. Havendo concordância de agenda, a Sr.^a Mariana Lobato solicitou o apoio da SERMOP para que essa apresentação seja feita na próxima reunião ordinária da CPG.

O Sr. Martin Dias (OCEANA) pontuou uma reflexão para a necessidade de repensar o formulário do mapa de bordo, pois a necessidade de as embarcações registrarem cem por cento dos lances, da captura total com registro da latitude e longitude inicial e final que gera um volume de dados muito grande, portanto, poder-se-ia pensar na entrega de dados de acordo com a frota. Posteriormente, complementou enfatizando a importância da capacitação, mudança cultural e educação, pois ao implementar melhoria tecnológica, o projeto se perdeu por falta de capital humano especializado.

A Sr.^a Mariana Lobato comunicou que a SERMOP havia solicitado consulta aos GTCs em relação a alteração do mapa de bordo, porém, por decisão da coordenação não foi enviada a todos os GTCs por questão de volume de demandas, porém, ao GTC enviado, foi recebida resposta. O professor Roberto Wahrlich (GTC) confirmou o recebimento da demanda e que o GTC dará o devido encaminhado à demanda.

A Sr.^a Mariana Lobato acredita que poderá pautar para a próxima reunião ordinária a questão da apresentação da SERMOP em relação ao sistema de monitoramento e o aperfeiçoamento. Argumentou que se for da vontade do colegiado utilizar o formulário, se dará pelo formulário, porém irá também ouvir o parecer técnico do GTC. Antes de seguir para a próxima sessão, passou a palavra ao Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) que recomendou para que o mapa de bordo possa gerar um arquivo do tipo 'csv' para poder migrar para a base de dados do IBAMA.

A Sr.^a Mariana Lobato fez um intervalo de cinco minutos para que todos possam se hidratar.

15 RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL (Nome/instituição)	PRAZO PARA ATENDIMENT O*
--------------	-----------------------------------	--------------------------------



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REC 1/2024B: Encaminhar para a Coordenação do CPG Demersais SE/S as informações sobre a proposta de ordenamento da pesca de botes no litoral norte do estado do RS	MPA (SFPA/RS) e Secretaria do Estado do RS	Até janeiro de 2025
REC 2/2024B: Encaminhar informações sobre a proposta de ordenamento da pesca de botes no litoral norte do estado do RS ao GTC Demersais SE/S	Coordenação CPG Demersais SE/S	Janeiro de 2025
REC 3/2024B: Apresentar ao CPG Demersais SE/S caracterização geral da pescaria e proposta de minuta de ordenamento da pesca de praia na 1 milha náutica do litoral do estado do Rio Grande do Sul	MPA (SFPA/RS), IBAMA e Secretaria do Estado do RS	Dezembro de 2025
REC 4/2024B: Apresentar ao CPG Demersais SE/S proposta de atuação das embarcações de emalhe da Lagoa dos Patos para pesca na região costeira em reunião extraordinária	FEPARS/Fórum da Lagoa dos Patos/MPA	Fevereiro de 2025
REC 5/2024B: Alterar a Instrução Normativa SEAP nº 22, de 1º de dezembro de 2008, para a modalidade de arrasto de fundo 3.12, reduzindo o número de vagas para dez embarcações, tendo em vista os cenários apresentados para a abrótea-de-profundidade no Parecer do GTC Demersais SE/S baseado na avaliação de estoque e produção das embarcações	MPA e MMA	Março 2025
REC 6/2024B: Avaliar as medidas de ordenamento vigentes e propor novas medidas, se necessário, para o ordenamento das pescarias de talude superior das regiões Sudeste e Sul, especialmente das modalidades 2.3 e 3.12	GTC Demersais SE/S	Março 2025



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

REC 7/2024B: Após considerar a viabilidade técnica e jurídica, adotar a curto prazo o cenário 1 do Parecer do GTC Demersais SE/S e possibilitar que 2 embarcações operando na modalidade 2.3 pesquem abrótea de profundidade e merluza	MPA e MMA	Janeiro de 2025
REC 8/2024B: Manter o disposto no Art. 2º da Portaria SAP/MAPA nº 452, de 18 de novembro 2021, do polvo SE/S, em relação ao quantitativo de embarcações nas áreas I e II, e verificar o quantitativo de embarcações autorizadas para a Área I	MPA	Próxima reunião ordinária do CPG Demersais SE/S
REC 9/2024B: Atualizar a avaliação de estoque do polvo no Sudeste/Sul e respectivos pontos de referência em 2025, mantendo posteriormente atualizações com uma periodicidade máxima de três anos	MPA e MMA	Abril de 2025
REC 10/2024B: Encaminhar ao GTC as informações e a proposta de ordenamento sobre a pesca de polvo artesanal no ES e apresentar ao CPG a proposta de regularização da pesca de polvo artesanal no estado do Espírito Santo para discussão dos membros	Coordenação do CPG Demersais SE/S	Janeiro de 2025
REC 11/2024B: Considerando o atraso de 150 dias no cumprimento da REC 09/2024, indeferir todos pedidos novos e sob análise de registro inicial e de conversão de modalidade para a modalidade 3.13	MPA	Até a publicação da norma de ordenamento
REC 12/2024B: Considerando o atraso de 150 dias no cumprimento da REC 09/2024, revogar todas as permissões prévias de pesca concedidas na modalidade 3.13 (camarões de profundidade), dadas as evidências de não haver	MPA	Imediato até fevereiro de 2025



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

capacidade de suporte na pescaria para mais embarcações, com base nas informações científicas mais atuais		
REC 13/2024B: Considerando o atraso de 150 dias no cumprimento da REC 09/2024, publicar em 30 dias o ato normativo de ordenamento da pesca dos camarões de profundidade tendo por base o parecer técnico do GTC Demersais SE/S, sobretudo no que toca aos limites de captura recomendados (60 toneladas), o limite espacial da frota e número de licenças compatível com o limite de captura recomendado	MPA e MMA	Até janeiro de 2025
REC 14/2024B: Encaminhar para o GTC avaliação sobre a necessidade de limitação da profundidade de operação da modalidade de emalhe costeiro de fundo (2.4), tendo em vista a sobreposição de alvos sobre abrótea de profundidade e merluza	Coordenação do CPG Demersais SE/S	Janeiro de 2025

16 DEFINIÇÃO DO CALENDÁRIO DO CPG DEMERSAIS SE/S PARA 2025

Antes de entrar para esta sessão, a Sr.^a Mariana Lobato discorreu sobre a convocação de uma reunião extraordinária com o encaminhamento das questões pelo Fórum da Lagoa para o mês de fevereiro ou março, conforme pontuado nas recomendações. Devido à urgência das definições discutidas, a Sr.^a Mariana Lobato sugeriu convocar a próxima reunião ordinária para junho de 2025. Não havendo manifestações, foi definido para junho, a 4^a Reunião Ordinária do CPG.

Em relação ao local, o Sr. Luiz Bonilha (IBAMA) sugeriu a realização no Estado do Espírito Santo para conhecer a pescaria do polvo. Após diversas sugestões, a Sr.^a Mariana Lobato comunicou a consideração de todos os locais sugeridos, a saber: Ubatuba, Porto Belo, Itajaí e Espírito Santo.



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

17 ENCERRAMENTO

A Sr.^a Mariana Lobato agradeceu a presença e participação de todos, lembrou a todos sobre o encaminhamento dos documentos discutidos nesta 3ª Reunião Ordinária e solicitou o envio de e-mail sobre a questão do carabineiro e quaisquer demandas à CPG.